

*Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*

**GT Deslocamentos Compulsórios**

**Relato – Grupo Focal: população atingida pela UHE Belo Monte**

**Altamira, 25 de novembro de 2017**

Etapa importante na construção de diretrizes para grandes obras na Amazônia, no âmbito do GT Deslocamentos Compulsórios, o *Grupo Focal: população atingida pela UHE Belo Monte* teve como principal objetivo ouvir as comunidades impactadas, suas reflexões, vivências e recomendações.

Realizada no prédio da Faculdade de Geografia da UFPA/Altamira, com apoio do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia – GEDTAM/UFPA, a atividade contou com a participação de alguns convidados representando grupos sociais atingidos pela UHE Belo Monte, bem como algumas instituições locais. Estavam presentes o Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte, Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho de Saúde de Altamira, moradores dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), moradores de bairros em processo de deslocamento (Jardim Independente I), Fundação Viver Produzir e Preservar, Instituto Rede Terra, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira, Defensoria Pública do Estado do Pará, Defensoria Pública da União, Instituto Socioambiental e pesquisadores da UFPA.

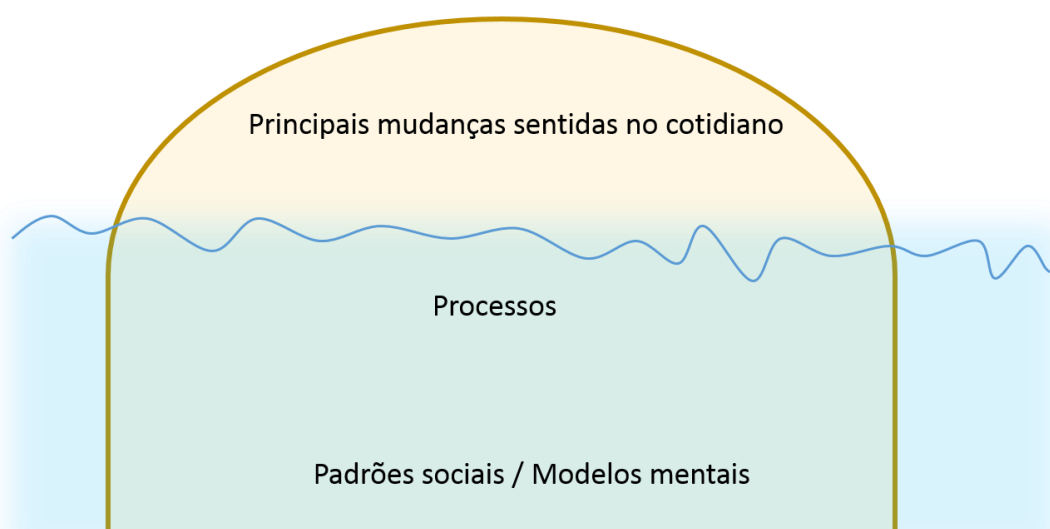
O dia de trabalho dividiu-se em dois blocos de debates: o primeiro destinado ao mapeamento das principais mudanças desencadeadas pela instalação da UHE Belo Monte no cotidiano da população e, o seguinte, à identificação de recomendações para melhoria dos processos que envolvem o deslocamento das populações.

Após esclarecimentos sobre o projeto, sobre os objetivos do GT e do dia de trabalho, iniciamos a coleta de percepções sobre as mudanças no cotidiano da população deslocada compulsoriamente pela UHE Belo Monte, com apoio da “Metodologia do

Iceberg”, rebatizada de “banco de areia”, referência mais próxima da realidade amazônica. Utilizamos três níveis para aprofundamento das percepções: i) *Principais mudanças sentidas no cotidiano* – dimensão emersa do banco de areia, porção superficial de terra visível ; II) *Processos* – dimensão submersa, localizada ainda num primeiro nível de profundidade, processos que dão suporte ou que desencadearam as mudanças citadas; III) *Padrões sociais/ mentais* - dimensão submersa profunda, com características preponderantemente subjetivas, localizada na base do banco de areia, que lhe dá sustentação e que perpassa os processos bem como as mudanças identificadas.

Figura1: Modelo de banco de areia

#### Modelo “Banco de Areia”



As principais mudanças mencionadas pelo grupo relacionam-se com transformações nos modos de vida dos atingidos, que a partir da remoção sofrida perderam acesso aos meios que garantiam a subsistência e formas de vida das famílias. A realocização, por conta do reassentamento, causou perdas econômicas e a fragmentação de laços sociais (familiares e de vizinhança). A adaptação das famílias aos novos bairros construídos pelo empreendedor também foi apontada como fonte de sofrimento, sendo a falta de equipamentos sociais, distância do centro da cidade, dificuldade de transporte, a má qualidade e inadequação das casas às dimensões socioculturais e

mesmo climáticas da região, os principais pontos levantados. A violência e aumento da drogadição, bem como a falta de alternativa para os jovens em Altamira, foram pontos de tensão e preocupação dentre os participantes, que identificaram os bairros de reassentamento como bolsões de pobreza e violência na cidade.

Os processos identificados concentram-se em duas grandes dimensões. A primeira relaciona-se com etapas vinculadas ao licenciamento da hidrelétrica: estudos de impacto insuficientes, falhas na condução, aplicação e falta de transparência na realização dos cadastros socioeconômicos, carência de informação para a população, espaços de participação inefetivos, desvalorização das benfeitorias, ignorância sobre as especificidades dos múltiplos modos de vida locais, negociações bilaterais com desproporcionalidade de poder entre as partes, falta de participação no planejamento e implementação dos reassentamentos, projetos de mitigação insuficientes, falhas no monitoramento da população atingida, entre outros. A segunda dimensão diz respeito à atuação do Estado na região, antes e durante a instalação da UHE: a falta de políticas públicas estruturadas, ineficiência do poder público, omissão do Estado frente aos conflitos socioterritoriais da região, desresponsabilização do poder público nos processos de mitigação de impactos e a falta de articulação interfederativa para solução de problemas, foram os principais elementos identificados.

Os padrões sociais trazidos relacionam-se sobretudo à forma como a região Amazônica tem sido explorada, modelo associado aos processos de desenvolvimento regional no Brasil. Etnocentrismo, desvalorização da cultura e modos de vida locais, imposição da lógica do setor elétrico sobre demais dimensões do desenvolvimento territorial,, foram consideradas pelos participantes como os principais padrões que marcam as ações tanto do Estado como do empreendedor, no processo de instalação da UHE Belo Monte.

A segunda atividade realizada concentrou-se na produção de recomendações para os processos de deslocamento de populações atingidas por grandes projetos. Os

participantes construíram uma linha do tempo, identificando os principais momentos da instalação da hidrelétrica. Em seguida dividiram-se em grupos temáticos voltados a identificar os problemas e sugerir soluções para melhoria dos processos que envolvem: I) Ações antecipatórias e estudos de impacto; II) Cadastros socioeconômicos; III) Negociações, e; IV) Reassentamentos e recomposição dos modos de vida.

As recomendações são categóricas sobre a participação da população em todas as etapas de decisão que antecedem a instalação de grandes projetos, bem como no planejamento do desenvolvimento regional; necessidade de transparência e participação na elaboração, aplicação e divulgação dos cadastros socioeconômicos durante a implantação dos projetos; mediação jurídica e do Estado nos processos de negociação envolvendo empreendedor e população atingida, garantindo o direito de livre escolha e contrapropostas; participação nas decisões sobre as condições do reassentamento; garantia de infraestrutura nos novos bairros e boa qualidade das residências; e garantia de reconstrução dos meios de vida, em condições similares ou melhores que as que antecederam o deslocamento das famílias. Foram sugeridas mais de 50 recomendações indicando possibilidades para solução dos problemas enfrentados pelos atingidos nos processos de deslocamento. As contribuições são importante subsídio para elaboração das diretrizes, e serão consideradas na composição do produtos do GT.

É importante remarcar a preocupação do grupo com a forma de comunicação (divulgação) dos resultados finais do trabalho do GT Deslocamentos Compulsórios. Adequação de linguagem, produção de vídeos, além de outros formatos que garantam o acesso da população atingida aos conteúdos desenvolvidos permitem, na avaliação dos participantes, maior alcance e efetividade dos resultados da iniciativa em relação às Diretrizes.

## QUEM PARTICIPOU

Andreia Barreto (Defensoria Pública Estadual/PA); Carolina Reis e Clara Baitello (Instituto Socioambiental); Josefa Camará, Maria Francineide Ferreira, Raimundo Braga e Edvaldo de Moraes Xipaia (Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte); Claudiane Farias (Moradora de Altamira, pesquisadora independente); Edizângela Barros, Jackson Dias, Rafael Zãn, Igor Meirelles, Larissa Loorlane, Fábio Nunes, Wellington Lopes (Movimento dos Atingidos por Barragens – Reassentamentos Urbanos Coletivos e Jardim Independente I); Gracinda Magalhães e Sônia Gonçalves de Lima (Conselho Municipal de Saúde de Altamira); Antônia Pereira Martins (Fundação Viver Produzir e Preservar e Movimento de Mulheres de Altamira); Gustavo Moura (Rede Terra); Everaldo Sousa Amorim (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira); Ben-Hur Daniel Cunha (Defensoria Pública da União); Peter Klein (Bard College USA); José Antônio Herrera, Nathany Melo, Hemerson Lucas da Silva, Gleiciely Barroso, Ronicleici Santos e David Alves (GEDTAM – UFPA), além da equipe GVces. *Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições.*

## Sobre a iniciativa

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 130 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*Em março de 2017 foi lançado um conjunto de diretrizes sobre os temas: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Crianças, Adolescentes e Mulheres; Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas; Capacidades Institucionais, e; Supressão Vegetal Autorizada;*

*A segunda etapa do projeto conta com esforço de difusão, implementação e internacionalização das diretrizes já construídas, bem como construção do GT-Deslocamentos Compulsórios, para elaboração de diretrizes específicas para este tema. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.*

## Quer participar?

Entre em contato: / (11) 3799-3502

Saiba mais: <http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br>